

Tendências do pensamento brasileiro

OCTAVIO IANNI

RESUMO: Ao longo da história do Brasil, intérpretes brasileiros e estrangeiros interrogam continuamente a sociedade nacional, construindo e reconstruindo problemas históricos e teóricos. Apesar da diversidade das análises, é possível ordená-las segundo orientações, linhagens ou “famílias” de intelectuais delineando, assim, temas e perspectivas de futuro que se revelam recorrentes na história das interpretações sobre cultura, sociedade, economia e política no Brasil. Finalmente, considerado de uma perspectiva ampla, o diversificado conjunto de interpretações pode ser visto como uma complexa narrativa ficcional que combina a busca de esclarecimento e a criação de significados.

PALAVRAS-CHAVE:
Brasil,
pensamento social,
cultura,
política.

Uma das singularidades da história do Brasil é que este é um país que se pensa contínua e periodicamente. Ele se pensa de forma particularmente sistemática, no contexto de conjunturas críticas ou a partir de dilemas e perspectivas que se criam quando ocorrem rupturas históricas. Nessas ocasiões, a sociedade nacional como um todo, ou em alguns dos seus setores sociais mais atingidos pela ruptura, ou mais interessados nela, logo se põem a analisar o curso dos acontecimentos, suas raízes próximas e remotas, suas tendências prováveis no futuro. As interpretações tanto podem priorizar um ou outro setor da sociedade como formular visões de conjunto, integrativas, buscando as linhas mestras da história nacional. Daí a profusão de explicações, interpretações

Professor do Departamento de Sociologia do IFCH - UNICAMP

ou teses que se multiplicam, sucedem, complementam e polemizam. Sem esquecer que os intérpretes têm sido principalmente brasileiros; mas que também são muitos estrangeiros. O fato de que são muitos os estrangeiros que se debruçam sobre dilemas e perspectivas da sociedade brasileira, em geral também procurando traçar as linhas mestras dessa história, pode ser tomado como mais um elemento intrigante.

Afinal, por que se interroga contínua e reiteradamente o que é o Brasil, em cada época da sua história; e o que tem sido o Brasil no longo de toda a sua história? A rigor, todas as interpretações, setoriais e abrangentes, desenvolvidas por nacionais e estrangeiros, colocam e recolocam problemas que merecem reflexão. São problemas históricos e teóricos da maior importância. “Históricos”, no sentido de que os indivíduos e as coletividades, as classes e os grupos sociais, estão sempre empenhados em compreender como se organiza, movimenta e transforma a sociedade, tendo-se em conta principalmente os jogos das forças sociais que se manifestam em arranjos sucessivos ou em arranjos mais ou menos persistentes. “Teóricos”, no sentido de que estão sempre em causa: a questão nacional; as condições de formação da sociedade nacional; a contrapartida sociedade civil e estado; a possibilidade e a impossibilidade de formação do estado-nação, simbolizado no princípio da soberania; democracia e tirania; reforma e revolução; além de outros dilemas. É óbvio que os problemas históricos e teóricos estão em contraponto, determinam-se reciprocamente, ao mesmo tempo que se criam desafios. Algumas vezes, ou melhor, freqüentemente, a história atropela a teoria; mas também é verdade que a teoria, como tal, como ideologia ou como utopia, com freqüência atropela a história. Essa é uma dialética que se esclarece melhor quando a análise desvenda o jogo das forças sociais e os arranjos dos blocos de poder, tomando em conta as determinações internas e externas que configuram e movimentam as situações e épocas da história.

A despeito da multiplicidade de aspectos da realidade históricossocial abordados e da diversidade das orientações teóricas evidentes nos escritos, é possível observar a recorrência de alguns temas. São temas que se reiteram em diferentes autores, às vezes nos mesmos termos, mas com freqüência enriquecidos com novos dados e elucidações.

Dentre os temas recorrentes nos estudos sobre a formação e as transformações da sociedade brasileira, logo sobressaem os seguintes: as três idades do Brasil, isto é, colônia, monarquia e república; centralismo e federalismo; estado forte e sociedade civil débil; história incruenta e revoluções brancas; conciliação e reforma; luso-tropicalismo e democracia racial; economia primária exportadora e industrialização substitutiva de importações; mercado emergente e neoliberalismo; além de outros temas também significativos. São temas que permitem ampla fundamentação empírica e rigorosas análises, sendo que vários convergem entre si. Há autores que lidam com diversos desses temas, buscando integrá-los, desenvolvendo interpretações abrangentes. Daí a pluralidade de visões do Brasil; e a pluralidade de Brasis.

Mas é necessário acrescentar que toda interrogação sobre a

formação da sociedade brasileira leva consigo alguma interrogação sobre o futuro. Os dilemas do presente suscitam incursões no passado e viagens pelo futuro. Em muitos casos, de forma implícita ou mesmo explícita, está em causa a busca das raízes do presente, com o intuito de delinear as perspectivas do futuro; o que pode envolver o contraponto ciência e ideologia, algumas vezes compreendendo nostalgia e utopia.

Um exame crítico da maioria das interpretações revela que elas se aglutinam em certas orientações, linhagens ou “famílias”. Seriam vertentes predominantes, revelando tanto os desafios que se abrem no curso da história do país como filiações dos autores, alinhando-se segundo estilos de pensamento já constituídos ou em constituição. Desde logo cabe registrar que as interpretações, explicações ou teses em geral inspiram-se em autores europeus e norte-americanos, por suas filiações teóricas expressas ou reveladas em estudos, monografias e ensaios.

Em forma breve e apenas em termos de sugestão para pesquisa e debate, vale a pena delinear algumas orientações, linhagens ou famílias de intelectuais, isto é, de interpretações sobre as tendências predominantes na história do Brasil.

O estado como demiurgo da sociedade

Uma interpretação não só muito evidente, mas nítida e recorrente, é a que se concentra na análise do estado, da organização do poder estatal, tendo em conta ressaltar a missão do estado como “demiurgo da sociedade e da história”. É óbvio que há variações entre os intérpretes que se colocam nessa linha de pensamento. Uns são abertamente autoritários, com inflexões facistas; outros reconhecem o jogo das forças sociais subalternas. Estes abrem-se a argumentos relativos a direitos políticos, à institucionalização das relações trabalho e capital, aos direitos dos assalariados, à criação de partidos políticos e sindicatos. No limite, no entanto, a sociedade civil parece um subproduto da atividade demiúrgica do estado.

Implícita ou explicitamente, essa tese estabelece que a sociedade civil é débil, pouco organizada, gelatinosa. É claro que os argumentos variam. Há argumentos nos quais sobressaem as raízes coloniais e escravocratas da sociedade nacional, compreendendo tradições patrimoniais, coronelismos, caciquismos, políticas de campanário. Outros são abertamente evolucionistas, ou mesmo situados na linha do darwinismo social, apelando para o racismo, o arianismo, uma europeização imaginária. Em geral tomam escritos europeus como se fossem expressões indiscutíveis da formação das nações européias, modelos definitivos para as outras sociedades. Idealizam o que, em certos casos, os europeus também idealizam.

Nessa linha de pensamento encontram-se Alberto Torres, Oliveira Vianna, Azevedo Amaral, Francisco Campos, Hélio Jaguaribe, Oliveiros Ferreira, Bolivar Lamounier e alguns outros. Sempre com variações em seus argumentos, inclusive no que se refere ao caráter mais ou menos

autoritário do estado, em suas relações com a sociedade civil como um todo e com seus diferentes setores sociais: classes e grupos sociais, agrários e urbanos, civis e militares, partidos políticos e sindicatos, movimentos sociais e correntes de opinião pública.

Esta tese é antiga e nova, periodicamente renovada. Tem raízes em várias conjunturas históricas. Nasce dos problemas com os quais se defrontam os governantes, ou blocos de poder, quando se defrontam com uma sociedade civil muito especial: três raças tristes, escravos e livres, índios, negros e brancos, imigrantes e nacionais, regiões mais ou menos isoladas, economia primária exportadora decisivamente influenciada por relações do tipo imperialista e remanescentes colonialistas. Diante dessa realidade, o modelo jurídico-político de estado-nação adotado é o europeu com ingredientes norte-americanos, inspirado no liberalismo, constitucionalismo, divisão dos três poderes, democracia e cidadania; sem maiores compromissos com a efetivação desses princípios ou ideais. Essa a visão da história de boa parte das “elites” deliberantes e governantes, visão essa na qual está implícita ou explícita a idéia de que o povo, enquanto coletividade de cidadãos, precisa ser criado e tutelado, de cima para baixo. Inclusive porque a composição índios, negros e brancos, isto é, escravos e livres, ou dominantes e subalternos, pode ser explosiva.

Essa é a visão da realidade sociopolítica, econômica e cultural que está presente, aberta ou implicitamente, nos lemas que assinalam momentos cruciais da história da sociedade brasileira: Independência ou Morte (1822), Ordem e Progresso (1889), Nacionalismo e Industrialização (1930), Segurança e Desenvolvimento (1964) e Nova República (1985). É claro que há fissuras, divergências e mesmo oposições abertas entre setores das classes, grupos ou blocos de poder. Há os que preconizam a democracia e os inícios do estado de bem-estar social, em termos de nacionalismo, populismo, desenvolvimentismo e outras palavras de ordem. Mas predominam os que preconizam a missão civilizatória do estado; sendo que alguns chegam à hipótese de “Brasil Potência”, com sua geopolítica sul-americana ou afro-americana, imaginando o Atlântico Sul como “*mare nostrum*”. Alguns destes estiveram bastante evidentes na época da ditadura militar “Segurança e Desenvolvimento” dos anos 1964-1985.

Sob vários aspectos, no longo da história dos séculos XIX e XX, em termos práticos e teóricos, a tese do estado como demiurgo da sociedade, do povo e da história está muito presente; nas formas de organização do poder estatal e no pensamento brasileiro.

A sociedade patriarcal

Outra corrente de pensamento debruça-se concentradamente na formação, tecitura e mudança da sociedade. Prioriza a família, o parentesco, a casagrande, a fazenda, a plantação, a criação, o clã, o patriarcalismo, a

oligarquia; e enfatiza aspectos psicossociais e socioculturais, praticamente esquecendo, ou deixando implícitas, a economia e a política. Há também ênfase nas heranças da colonização portuguesa, do lusitanismo, sem esquecer Araguaia e outros movimentos de setores sociais subalternos no largo da cartografia e da história. Esse tem sido o ambiente e o fermento do coronelismo, caciquismo e patriarcalismo com os quais se argamassam as oligarquias. Sim, o patriarcalismo pode ser visto como um signo, símbolo e emblema de um estilo de mando e desmando, no qual se distinguem e confundem o público e o privado, o burocrático-legal e o tradicional, o carisma secularizado e a prepotência.

No fim do século XX, quando está em curso um novo ciclo de globalização do capitalismo, os remanescentes das oligarquias patriarcais readquirem papéis políticos importantes na intermediação entre as diretrizes neoliberais predominantes no âmbito do aparelho estatal e as raízes socioculturais e clientelísticas remanescentes em distintas regiões do país. As oligarquias garantem bases sociopolíticas, e obviamente econômicas, para o bloco de poder comprometido com a globalização neoliberal da economia brasileira. Mesmo porque as oligarquias “modernizaram-se”, associando-se em empresas, corporações e conglomerados, dando particular atenção aos meios de comunicação, à mídia em geral; transformando-se em “oligarquias eletrônicas”.

Uma história de tipos ideais

Cabe registrar ainda outra interpretação, bem com linhagem de intelectuais. Neste caso a história do país é bastante culturalista, focalizando a sociedade, a política e a literatura como círculos ou setores que podem ser tratados separadamente, nos quais haveria dinâmicas próprias, certa autonomia. É como se a história do país se desenvolvesse em termos de signos, símbolos e emblemas, figuras e figurações, valores e ideais; sem que se revelem relações, processos e estruturas de dominação e apropriação com os quais se desvendam os nexos e movimentos da realidade social. A ênfase é principalmente culturalista, mas com elaborações típico-ideais. Aí entra o “homem cordial”, no sentido de fortemente dominado pelas emoções, a subjetividade, o coração (*cordis*), um tanto alheio ou mesmo avesso ao “racional”. Aí também entram o “bandeirante”, o “índio”, o “negro”, o “imigrante”, o “gaúcho”, o “sertanejo”, o “seringueiro”, o “colonizador”, o “desbravador”, o “aventureiro”, “macunaíma”, “martim-cererê”, “martimpererê”, a “preguiça”, a “luxúria”, “jeca-tatu” e outras figuras e figurações da história, isto é, de uma história ahistórica.

Esta interpretação está fortemente marcada pelos escritos de Sérgio Buarque de Holanda; e conta com contribuições notáveis de Ribeiro Couto, Graça Aranha, Paulo Prado, Cassiano Ricardo, Menotti del Picchia e outros. Aí pode haver ressonâncias de escritos de Sílvio Romero, Rui Barbosa e, anteriormente, José de Alencar. Mas cabe observar que essa visão da história do Brasil impregna também os escritos de vários autores

da Semana de Arte Moderna, de 1922.

Mais uma vez, cabe reconhecer que cada interpretação do país nasce de um dado clima intelectual, envolvendo questões e tensões que flutuam no ar e desafiam uns e outros. O clima que Sérgio Buarque de Holanda traduz no “homem cordial” é o mesmo em que se gestou “macunaíma”, “martimcererê”, “preguiça”, “luxúria” e “jeca-tatu”, conforme os escritos de Mário de Andrade, Cassiano Ricardo, Paulo Prado e Monteiro Lobato.

Na história do pensamento brasileiro debruçado sobre a sociedade e sua cultura, são freqüentes e às vezes notáveis os tipos que se criam e recriam, taquigrafando a difícil e complexa realidade. Assim, a história aparece como uma coleção de tipos relativos a indivíduos e coletividades, a situações e contextos marcantes, a momentos da geo-história que se registram metafórica ou alegoricamente. Esclarecem ou ordenam o que se apresenta complexo, contraditório, difícil, como é habitualmente a realidade histórico-social, em suas formas de sociabilidade e em seus jogos de forças sociais.

Na história, geografia, antropologia, ciência política, psicologia, teatro, romance, poesia e outras linguagens são freqüentes as construções típicas. Algumas estão rentes ao universo empírico, outras captam tipos médios, mas há as que elaboram tipos extremos. Poderiam ser tomados como naturalistas, realistas, impressionistas, surrealistas ou de outros estilos. São taquigrafias de uma história difícil.

Note-se que diversos tipos ideais possuem algo em comum, revelam proximidades e semelhanças, dando a impressão de que se compõem como se fôra uma “família”. Estes são os que se revelam aparentados, ou mesmo reciprocamente referidos: “homem cordial”, “macunaíma”, “martim-cererê”, “sacipererê”, “pedro-malazarte”, “preguiça”, “luxúria”, “jeca-tatu”. Talvez sejam somente expressões ocasionais e soltas, ou fantasias da imaginação. Mas também é possível reconhecer que têm raízes na sociedade, cultura e história.

Pode-se formular duas hipóteses interessantes sobre as singularidades dessa “família” de tipos ideais, idealizados, idealizantes. Vale a pena refletir sobre este enigma, ainda que de forma breve.

Os tipos parecem bastante enraizados na formação sociocultural, político-econômica e psicossocial brasileira. Aí entram tradições indígenas, africanas e portuguesas, além de outras menos fortes, até fins do século XIX. São tradições, práticas, valores, ideais, mitos e fantasias muito presentes em uma sociedade em que se manifestavam no passado, continuando no século XX, o “animismo”, o “fetichismo”, a “pajelança”, o “candomblé”, a “umbanda”, a “quimbanda”, o “espiritismo” popular, o “catolicismo” rural e outros traços mais ou menos notáveis de origem não só indígena, africana e portuguesa, mas também ibérica e mediterrânea. Há todo um vasto, complexo e mágico substrato cultural “pagão” na formação da sociedade brasileira, entrando pelo século XX. Esse, muito provavelmente, o contexto histórico social e cultural em que se produz a “matéria” de criação de tipos e da sua articulação em “família”. Nesse sentido é que tanto “macunaíma” como o

“homem cordial” são indo-afro-luso brasileiros.

Cabe reconhecer, no entanto, que essa família de tipos aponta para o descompromisso, a informalidade, a liberdade inocente, o trabalho como atividade lúdica, o descompromisso com a disciplina, a rejeição do trabalho como obrigação, a sociabilidade solta, imprevisível. São traços do homem cordial, macunaíma, martim-cererê; convivendo com a preguiça e a luxúria. É muito sintomático que esses tipos sejam formulados e vividos em uma sociedade na qual houve praticamente quatro séculos de escravismo. Há aí, portanto, um dilema: em uma sociedade em que o trabalho é visto como atividade subalterna, escrava, de casta inferior, outra raça, quando se dá a abolição do escravismo coloca-se o desafio premente e urgente de redefinir o trabalho, conferir-lhe dignidade, considerá-lo atividade indispensável, com o qual se expressa a dignidade do indivíduo e da sociedade. Em larga medida, esse é o ideário do movimento abolicionista e de muitos discursos, crônicas, editoriais e outros pronunciamentos comemorativos do 13 de maio de 1888.

Ocorre que o escravismo entra em declínio e termina como regime de trabalho escravo, forçado, submetido. Simultaneamente, intensifica-se a imigração de europeus, enquanto “braços para a lavoura” destinados a substituir o escravo e simultaneamente “branquear”, “europeizar” ou “arianizar” a população brasileira. De repente, toda uma cultura do trabalho como atividade de trabalhador escravo precisa ser abandonada ou redefinida em termos do trabalho como atividade do trabalhador livre. De repente, todos são desafiados a redefinir a ética do trabalho. Desenvolve-se um vasto e complicado processo sociocultural, psicossocial e ideológico destinado a conferir dignidade ao trabalho e ao trabalhador. Daí os tipos, como estereótipos sátiros, irreverentes e críticos, inocentes e negativos, com os quais se taquígrafam e exorcizam traços, figuras e figurações, ou modos de ser, que a nova ideologia dominante rejeita. No limite, os tipos “homem cordial”, “macunaíma”, “martim-cererê”, “preguiça”, “luxúria” e outros parecem sintetizar-se em “jecatatu”, que a nova ética do trabalho sataniza.

Um país católico

O catolicismo é uma presença poderosa e constante no pensamento e nas formas de sociabilidade, desenvolvendo-se através da colônia, monarquia e república. Tem sido a mais importante argamassa intelectual, cultural e ideológica, sendo particularmente relevante em conjunturas críticas, quando se ameaçam ou rompem estruturas de poder. Torna-se fundador e fundante de toda a história do país, com a simbologia da “Primeira Missa”, quando se adotam os nomes: “Terra de Vera Cruz”, “Terra de Santa Cruz”, “Brasil”. Está presente na catequese das populações indígenas, participa da cultura do escravismo, está em geral à sombra do senhor da casa-grande e participa das esferas políticas do poder colonial, monárquico e republicano. Na preparação do Golpe de Estado de 1964, com o qual se instala a ditadura “Segurança e Desenvolvimento”, teve presença ativa e decisiva nas marchas

organizadas em torno de palavras de ordem tais como “Deus, Pátria e Família”, entre outras.

O catolicismo tem sido, desde o princípio da história no Brasil, uma poderosa argamassa na tecitura das formas de sociabilidade e na tecitura das relações entre as “elites”, as esferas de poder, em especial os aparatos estatais, com a sociedade civil, principalmente em seus setores sociais subalternos, rurais e urbanos. Esse tem sido um catolicismo herdeiro da Contra-Reforma e fortemente enraizado e constituído ao longo de séculos de organização social e técnica do trabalho em termos de escravatura. Portanto, séculos de uma formação social de castas, na qual distinguem-se jurídica, política, social e culturalmente o “senhor” e o “escravo”, envolvendo em geral indígenas, africanos e brancos, em suas mesclas e descendências. É óbvio que essa antiga e poderosa tradição pesa nas décadas posteriores à Abolição da Escravatura, quando se desenvolve a sociedade de classes, apoiada em outro tipo de organização social e técnica de trabalho “livre”. Em várias ocasiões cruciais da história da sociedade brasileira, durante a República, a alta hierarquia da Igreja tem estado solidária com as “elites” dominantes, deliberantes; sem prejuízo de que alguns setores do clero sempre estiveram e continuam solidários com setores sociais subalternos, na cidade e no campo.

Sim, o catolicismo expressa uma visão da história do Brasil, uma interpretação importante, tanto pelos escritos que se produzem como pelas práticas que se adotam. A despeito da presença e importância do mercantilismo, liberalismo, evolucionismo e positivismo, com variações ao longo da história, o catolicismo está presente todo o tempo, no tecido da sociedade. Talvez o Brasil seja “o maior país católico do mundo”, em termos de população ou em termos de geografia, mas é inegável que no Brasil o catolicismo tem sido uma poderosa ideologia, cultura, mentalidade, modo de ser, por meio do qual se cria e recria a imagem da nação. São várias as divindades que aglutinam indivíduos e coletividades, em todos os quadrantes, muitas vezes à sombra das estruturas de poder do lugar e da ocasião. É uma poderosa “técnica social”, que, ao lado de outras, garante a integração nacional, colabora decisivamente na invenção da identidade nacional.

Dentre os autores mais notáveis nessa linha de pensamento, destaca-se primeiramente Jackson de Figueiredo, cujos escritos das décadas iniciais do século XX não só são marcantes mas bastante influentes. Seguem-se Alceu Amoroso Lima (Tristão de Atayde), Gustavo Corção, Augusto Frederico Schmidt, Alvaro Lins e outros, sem esquecer Farias Brito e Nestor Víctor, entre outros, que precederam e colaboraram nas atividades intelectuais, teológicas e ideológicas de Jackson de Figueiredo.

No Brasil, segundo a ideologia predominante, oficial e oficiosa, religiosa e secular, todos são católicos. Assim, com uma frase, eliminam-se o candomblé e as suas variantes, assim como a pajelança e suas variantes; sem esquecer as variantes do protestantismo e do próprio catolicismo. Em todos os espaços públicos, do palácio presidencial à câmara municipal, há sempre um crucifixo ou alguma variante de ícones católicos. Nas escolas, a

despeito dos preceitos constitucionais em que se contemplam as ou todas as religiões, predominam símbolos católicos. Também na mídia em geral, explícitos ou nas entrelinhas, eles aparecem. Na cultura popular, em sentido amplo, seja a rural ou a urbana, aí sempre aparecem signos, símbolos e emblemas católicos. De tal forma que se recobrem, encobrem ou esquecem uma ampla e múltipla gama de práticas, valores, ícones, tradições, modos de ser e visões da vida e da sociedade enraizados em um caleidoscópio de formas culturais e religiosas.

Sim, o catolicismo catequiza e batiza o país, desde a Primeira Missa, em 1500. Tem sido sempre uma poderosa argamassa dos blocos do poder: Independência ou Morte, Ordem e Progresso, Nacionalismo e Industrialização, Segurança e Desenvolvimento, Nova República. Na última década do século XX o Papa circula pelo país, aquém e além do Tratado de Tordesilhas.

A formação do capitalismo nacional

Desde os inícios do século XX, desenvolve-se o debate sobre a vocação agrária e/ou vocação industrial do Brasil. A sucessão e a coexistência de “ciclos econômicos” na história do país, bem como a sucessão de crises da “economia primária exportadora”, ou de “enclaves”, logo colocaram a possibilidade, a necessidade e a urgência da industrialização.

Esta é a nova tese sobre a história e o desenvolvimento do Brasil: “industrialização substitutiva de importações”. Essa tese nasce, expande-se e enraiza-se de forma intensa e generalizada nos anos 1930-1964, para estabelecer uma cronologia aproximada. Mas já vinha sendo gestada anteriormente. E adquire efetividade nos anos que se seguem à Revolução de 1930. Assim surge o projeto de “capitalismo nacional”, buscando interiorizar os centros decisórios sobre problemas de economia política e redefinindo amplamente os laços com a economia dos países mais fortes ou imperialistas, dentre os quais destacam-se a Inglaterra e os Estados Unidos. Em várias ocasiões essa política de “nacionalismo e industrialização” teve o apoio de setores sociais e organizações políticas de esquerda. A despeito das vacilações, recuos e bloqueios ocorridos no curso dos anos e décadas, a “industrialização substitutiva de importações”, isto é, o projeto de “capitalismo nacional” concretizou-se em larga medida. Tanto se acomodou às injunções da “economia agrária exportadora” como conseguiu obter vantagens econômico-financeiras e políticas da sua atividade. Houve tensões e conflitos, mas também acomodações com os setores sociais enraizados na “vocação agrária”. E surgiu um novo bloco de poder, de composição industrial-agrária, sob a direção da burguesia industrial em expansão.

São vários e notáveis os autores situados nessa orientação: Roberto C. Simonsen, Romulo de Almeida, Jesus Soares Pereira, Celso Furtado, Francisco de Oliveira, Paulo Singer e outros. Tiveram antecessores em Serzedelo Correia, Pandiá Calógeras e Cincinato Braga, entre outros.

Esta é a realidade: o projeto de capitalismo nacional teve sua época,

gênese, ascenso, prosperidade, êxito, problemas, contradições, declínio e esgotamento. Foi errático, mas com êxitos inegáveis, no que se refere à criação e ao desenvolvimento de uma ampla, complexa e dinâmica economia nacional, crescentemente apoiada na industrialização, acompanhada de intensa urbanização e outros processos sociais de alcance nacional. De par-em-par com as transformações econômicas, alteraram-se as condições e as perspectivas da sociedade política. Começou a formar-se a categoria *povo*, no sentido de coletividade de cidadãos. Desenvolveram-se as classes e os grupos sociais. Sob certos aspectos, o florescimento cultural dos anos 1930-1964 foi, em larga medida, fertilizado pelos debates realizados no âmbito do projeto de capitalismo nacional. Sem esquecer que esse projeto beneficiou-se bastante das mobilizações, debates e criações de setores sociopolíticos e culturais de esquerda, mobilizados em torno do nacionalismo, antiimperialismo e transformação da sociedade. Houve uma vasta incursão em torno do que se poderia denominar “popular”, “operário”, “camponês”, “indígena”, afro-brasileiro” e outras expressões socioculturais do povo. Houve uma fundamental viagem de políticos, cientistas sociais, escritores, teatrólogos, cineastas e outros, de diferentes gerações, em distintas regiões do país, na direção do povo, coletividades, setores sociais subalternos, em seus modos de vida e expressões culturais. Simultaneamente, desenvolveu-se bastante a politização das classes e dos grupos sociais subalternos, na cidade e no campo.

A formação do capitalismo transnacional

Simultaneamente à interpretação simbolizada na “industrialização substitutiva de importações”, ou no projeto de “capitalismo nacional”, desenvolve-se a tese de que a economia brasileira deveria beneficiar-se ao máximo da “inserção” na economia mundial. Trata-se de pôr em prática o projeto de “capitalismo associado”, baseado no reconhecimento de que essa seria a única e realmente eficaz, produtiva e lucrativa via de desenvolvimento econômico. Combatem-se todas e quaisquer fórmulas nacionalistas; preconiza-se o internacionalismo, o multinacionalismo e, nas décadas finais do século XX, o globalismo. Os seus autores, atores e executores evoluem de argumentos liberais aos argumentos neoliberais, com os quais se desenvolve o novo ciclo de globalização do capitalismo em curso na transição do século XX ao XXI. Todos estão mais ou menos alinhados com as diretrizes teóricas e práticas formuladas e induzidas pelo Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial (BIRD), secundados pela Organização Mundial do Comércio (OMC).

Dentre os economistas situados nessa linha de pensamento e prática situam-se Eugênio Gudín, Octávio Gouveia de Bulhões, Roberto de O. Campos, Mário H. Simonsen, Delfin Neto e alguns outros; claro que sem esquecer outros cientistas sociais, além de setores empresariais. Mas esse é um pensamento, e prática, presente e ativo nas associações de empresários, nas corporações transnacionais, em amplos setores da mídia, em geral

pressionadas pelas organizações de *marketing*. São muitos os profissionais, economistas, administradores, sociólogos, cientistas políticos e outros formados nessa direção. Muitos, intelectuais e empresários, foram mobilizados pelo neoliberalismo no clima da diplomacia da Guerra Fria, baseada no maniqueísmo “capitalismo” e “comunismo”.

O que está em causa é a primazia do “mercado”, em detrimento do “planejamento”. Os autores e atores empenhados na crítica e no desmonte do projeto de “capitalismo nacional” preconizam a associação ampla com o capitalismo norte-americano, europeu, japonês e outros, isto é, a franca, rápida e ampla “inserção” da economia brasileira na economia mundial. Assumem que a colaboração, associação ou fusão de empresas, corporações e conglomerados, compreendendo nacionais e estrangeiros, é o melhor caminho para o desenvolvimento, o progresso, a modernidade, o “primeiro mundo”.

Essa linha de pensamento preconiza o “Estado Mínimo”, compreendendo a reforma do estado, a desestatização da economia, a privatização das empresas estatais, a privatização da educação, saúde, previdência; a redefinição das relações de trabalho, o abandono de compromissos do estado de Bem-Estar Social. O neoliberalismo adotado timidamente pelos governos militares nos anos 1965-1985 e ostensiva e intensivamente pelos governos desde 1985, tem provocado toda uma ampla e profunda alteração das relações entre o estado e a sociedade civil, provocando evidentes dissociações. Antes, quando predominava o projeto de “capitalismo nacional”, havia-se desenvolvido um certo metabolismo entre a sociedade e o estado. Depois, aos poucos, à medida que predomina o projeto de “capitalismo transnacional”, desenvolve-se uma crescente dissociação entre o estado e a sociedade, rompendo-se o metabolismo que se havia criado nas décadas anteriores. Modificam-se os significados de “público” e “privado”, “nacional” e “mundial”, “indivíduo” e “sociedade”, “povo” e “cidadão”, “democracia” e “tirania”.

Na transição do século XX ao XXI, as diretrizes adotadas pelos governantes, em conjugação com as corporações transnacionais e as organizações multilaterais, como o FMI, o BIRD e a OMC, têm sido alheias ou mesmo adversas às tendências predominantes na sociedade civil. A maioria dos setores sociais, compondo a maior parte do povo, tem sido alijada de conquistas sociais que haviam alcançado em longas décadas de lutas sociais. Grande parte da sociedade está sendo desafiada a reorganizar-se e movimentar-se de modo a sobreviver em um contexto no qual o estado se transforma em aparelho administrativo de classes e grupos sociais, ou blocos de poder, dominantes em escala mundial.

Sob certos aspectos, o projeto de economia transnacionalizada, de inserção crescente na economia mundial, de aliança com metrópoles imperialistas ou blocos geoeconômicos e geopolíticos, tem uma longa história. Uma história que se revela na sucessão dos acontecimentos e em muitas análises da história, evolução, progresso, desenvolvimento ou modernização do Brasil. A “vocação” europ ea e norte-americana de parte importante das “elites” brasileiras sempre esteve e continua a estar presente nas

controvérsias e práticas, teorias e ideologias, com as quais se move o Brasil, desde a Independência. Não é demais lembrar que o estado-nação nasce à sombra do poder monárquico de raízes portuguesas, com as bênçãos do poder monárquico britânico, garantindo-se assim a legitimidade metafórica do estado-nação e dos governantes. Sem esquecer que a presença ativa do imperialismo inglês participa decisivamente dos laços econômico-financeiros e institucionais indispensáveis à formação e consolidação do estado nacional. Alguns setores das “elites” nacionais, que se haviam beneficiado do colonialismo português, beneficiam-se durante todo o século XIX do imperialismo inglês; e no século XX combinam este com o norte-americano, que aos poucos substitui aquele.

Esta pode ser uma surpreendente “lição” dessa história: boa parte das “elites” empresariais, intelectuais, militares e eclesiásticas tem escasso ou nulo compromisso com a nação, a sociedade nacional, o povo; devido aos seus vínculos, sempre renovados, com as “elites” transnacionais, desde o colonialismo ao globalismo. Por isso resta sempre a impressão de que são estranhos, ou alheios; na realidade colonizadores, conquistadores ou desfrutadores.

Visto assim, em perspectiva histórica de larga duração, o projeto de “capitalismo transnacional” ou “globalizado” tem antecedentes no colonialismo e imperialismo, entrando em novo ciclo com o globalismo.

A idéia de socialismo

Uma tese também notável, por suas implicações práticas e teóricas, concentra-se na análise da formação e transformação da sociedade brasileira em termos de classes sociais e lutas de classes. Debruça-se diretamente sobre as formas de organização social e técnica do trabalho e da produção. Focaliza as relações entre escravos e senhores, operários e burgueses, camponeses e latifundiários, nacionalistas e imperialistas e outras categorias. Analisa as diversidades e desigualdades, hierarquias e tensões que se formam e transformam no curso da história. Assim nasce o relato das revoltas, quilombos, greves, revoluções, golpes e contra-golpes de estado, nacionalismos e antiimperialismos. Essa a interpretação da qual emerge a explicação do caráter da “revolução burguesa” que se desenvolve de cima para baixo principalmente ao longo dos anos 1888-1945, com desdobramentos e rescaldos importantes nas décadas posteriores. Essa a época em que se recompõe o bloco agrário, sob a Primeira República (1889-1930), e ocorre a ruptura de 1930, quando se recompõe o bloco de poder como industrial agrário.

São vários e notáveis os autores situados nessa corrente de pensamento, em geral inspirados nos escritos de Caio Prado Júnior. Aí estão Astrogildo Pereira, Nelson Werneck Sodré, João Cruz Costa, Leandro Konder, Carlos Nelson Coutinho e outros; sem esquecer antecessores notáveis, dentre os quais destacam-se Euclides da Cunha, Lima Barreto e Manoel Bonfim; e lembrando as narrativas de Graciliano Ramos publicadas

desde a década de 30. Apesar de suas formulações diversas, historiográficas e literárias, é inegável que com esses autores desenvolve-se toda uma interpretação original da história do Brasil, desde as condições e as possibilidades dos setores sociais subalternos da sociedade.

A tese da sociedade de classes e da história como uma história de lutas de classes remete à idéia de uma sociedade sem classes, no que se refere às condições de dominação e apropriação. A reflexão crítica sobre o presente e o passado implica a busca de perspectivas futuras, a redução ou eliminação da alienação individual e coletiva concretizando-se na emancipação de uns e outros. Em lugar das diversidades produzindo e reproduzindo as desigualdades, criam-se as condições para que as diversidades produzam e reproduzam multiplicidades, polifonias.

Na transição do século XX ao XXI, quando se está entrando em um novo ciclo de globalização do capitalismo, a tese de que a história é a história da formação das classes sociais e das lutas de classes está diante do desafio de dar-se conta de como o “nacional” e o “mundial” se mesclam e determinam. Ressurgem as pesquisas e os debates sobre imperialismo e globalismo, buscando repensar o nacionalismo e o internacionalismo, compreendendo que o novo ciclo de globalização do capitalismo institui um outro e novo palco da história, de lutas sociais.

Mas as pesquisas e os debates que ressurgem reconhecem que no Brasil a sociedade de classes emerge de uma sociedade de castas, enraizada em quase quatro séculos de escravismo, ou de diferentes formas de trabalho compulsório. No século XX, a sociedade brasileira combina a estrutura e dinâmica de classes sociais com os remanescentes de castas. Há formas de sociabilidade, etiquetas de relações raciais, padrões de organização da família, trabalho, associações, vizinhanças, escolas, igrejas, clubes e outras instituições nas quais manifestam-se traços remanescentes de castas mesclados com as práticas das relações de classes. Note-se que essa realidade social complexa, intrincada e contraditória é bastante diversificada, quando se comparam cidade e campo, indústria e agricultura, regiões de tradições indígenas, afro-brasileiras e de imigrantes europeus chegados nos séculos XIX e XX. Na transição do século XX ao XXI, o Brasil ainda tem algo de uma cartografia de províncias e regiões, compondo um singular arquipélago sociocultural e político-econômico em processo de integração simultaneamente nacional e transnacional.

A interpretação da formação e transformação da sociedade brasileira na perspectiva da sociedade de classes revela nexos e movimentos fundamentais do Brasil-nação, uma história atravessada por lutas sociais e rupturas históricas. E aponta para o projeto de “socialismo”, como idéia e prática, reivindicações e lutas, a caminho da democracia política e social. Sob vários aspectos, o projeto de “socialismo nacional” tem raízes em momentos cruciais da história brasileira; e está desafiado a recriar-se, quando está em curso um novo ciclo de globalização do capitalismo, compreendendo a transnacionalização das classes e das lutas de classes.

O Brasil brasilianista

É importante reconhecer que os brasilianistas realizam uma contribuição fundamental para a inteligência do Brasil. É possível construir toda uma história da formação e das transformações da sociedade brasileira com base em relatos, crônicas e depoimentos, entrevistas, estudos, monografias, ensaios e textos de ficção elaborados por europeus e norte-americanos, entre outros. Seria uma história um tanto caleidoscópica, mas inegavelmente reveladora. Diferentes aspectos da realidade, às vezes insuspeitados pelos “nativos”, revelam-se em seus estudos. Simultaneamente, aspectos da realidade já examinados e explicados adquirem outras significações, podem realçar-se ou obscurecer-se. Sem esquecer que as metodologias e os estilos de pensamento dos brasilianistas muitas vezes são bastante distintos, inclusive inovando na reconstrução histórica, na pesquisa de campo, na monografia e no ensaio.

Um tema que fascina boa parte dos brasilianistas, norte-americanos, europeus e outros, é a “questão racial”, tomada principalmente em termos do contraponto “negros e brancos” na formação e dinâmica da sociedade brasileira. São muitos os estudos nos quais discutem-se os argumentos envolvidos na tese, hipótese ou mito da “democracia racial”. Debruçam-se sobre os dados, realizam minuciosas pesquisas de reconstrução histórica e de campo, empenhados em desvendar o enigma, a tese, a hipótese ou o mito. Também são notáveis os textos empenhados em descrever e explicar “comunidades”, populações indígenas”, “imigrantes” europeus e asiáticos. Estes estudos, juntamente com aqueles relativos a negros e brancos, contribuem para o esclarecimento do tema “raça, povo e nação”; passando pelo mito da “democracia racial” e o enigma da “mestiçagem”.

São muitos e bastante diferentes os temas dos estudos brasilianistas. A ênfase neste ou naquele tema altera-se com o correr dos tempos, em especial devido à emergência de conjunturas problemáticas, rupturas históricas. Em algumas dessas ocasiões pode haver revoadas de brasilianistas. Nesse sentido é que nos anos da ditadura militar de 1964-1985 multiplicaram-se os estudos sobre a presença e abrangência do poder militar na gestão do país. Alguns preocuparam-se com as responsabilidades das Forças Armadas na preservação da “Lei e Ordem”, ou “Segurança e Desenvolvimento”, que teriam sido ameaçadas pela democracia “populista” dos anos 1946-1964; ou pela “iminência” de uma “república sindicalista”. Em geral, os brasilianistas “esqueceram” que a ditadura militar estava sendo um capítulo da história brasileira no âmbito da “diplomacia total” desenvolvida pelos governos norte-americanos na geopolítica da Guerra Fria.

Desde 1985, com o término da ditadura militar e os inícios da democratização, ou redemocratização, multiplicaram-se os estudos sobre a “nova ordem econômica mundial e a economia brasileira”, a “reforma do estado”, a “inserção” da economia brasileira, como “mercado emergente” na economia global, entre outros temas. Sim, em cada época, situação crítica ou ruptura histórica, reavivam-se os estudos brasilianísticos.

É claro que os estudos dos brasilianistas dialogam entre si e com os dos brasileiros. São vários os temas nos quais estão evidentes os diálogos, convergências, fertilizações, controvérsias e divergências. São vários os temas envolvidos: “preconceito de marca e preconceito de origem”, “bandeirantes e pioneiros”, “ibero-américa e anglo-américa”, “catolicismo e protestantismo”, populismo e neoliberalismo”, “nacionalismo e globalismo”. Em geral, no entanto, os estudos brasilianistas alinham-se com as teses prevaletentes no pensamento brasileiro.

Há brasilianistas discreta ou ostensivamente normativos. Incutem nas entrelinhas, ou abertamente em seus textos, sugestões, idéias, objetivos e avisos, ou alertas, para alguns setores sociais ou para a sociedade como um todo. Dedicam-se a compreender e explicar, bem como a formular alvos e diretrizes, modelos e procedimentos. Às vezes, são também consultores. Em certos casos, parecem heróis civilizadores. É o que se pode depreender de alguns escritos de Alain Touraine, Albert O. Hirschmann e Thomas E. Skidmore, entre outros.

Assim como há textos de brasileiros que também possuem a mesma entonação normativa. Nas entrelinhas, ou abertamente, sugerem idéias, objetivos e avisos, ou alertas, para alguns setores sociais determinados, ou para a sociedade com um todo. Dedicam-se a compreender e explicar, bem como a formular alvos e diretrizes, modelos e procedimentos. Às vezes também são consultores. Em certos casos, apresentam-se como heróis civilizadores. Parecem “brasilianistas nativos”. É o que se depreende de alguns escritos de Hélio Jaguaribe e Roberto de Oliveira Campos, entre outros.

Precusores, clássicos e novos

É óbvio que as interpretações sintetizadas aqui não esgotam a gama das interpretações parciais e abrangentes que se formularam e reformularam antes e depois das mencionadas. Cabe reconhecer que continuam a formular-se novas e diferentes interpretações do Brasil, algumas totalmente originais, outras em diálogo e compromisso com as mencionadas. Esta é uma questão interessante: o pensamento brasileiro já desenvolveu um compromisso forte, às vezes obsessivo, com as interpretações que se definiram como “clássicas”. E é claro que isto pode ser uma conquista, mas também pode ser um impedimento. Todo cientista social está desafiado a desenvolver a sua pesquisa e análise a partir do que estava, está ou parece estabelecido; é como se olhasse o presente, o passado e o futuro desde o olhar de algum clássico; e não desde os seus ombros. Mas esta não é a regra única e inquestionável. Algumas interpretações se lançam como absolutamente diferentes, no sentido de que instituem novas visões da história, da tessitura da sociedade e da economia, dos jogos do poder político, das raízes e significações da cultura; estabelecendo novas modalidades de olhar, observar, descrever, compreender, explicar.

Neste sentido é que se podem distinguir “precusores”, “clássicos”

e “novos”, quando se trata de explicar o Brasil; entendendo-se que os novos são realmente inovadores, no sentido de que instituem novos parâmetros, desvendam novos nexos, percebem diferentes dinamismos nas formas de sociabilidade e nos jogos das forças sociais; compreendendo configurações históricas, formas de pensamento e cultura, estilos de vida. Dentre os “precursores”, colocam-se Euclides da Cunha, Alberto Torres, Joaquim Nabuco, Rui Barbosa, Sílvio Romero, José Veríssimo, Machado de Assis e Lima Barreto; sem prejuízo de Tavares Bastos, José de Alencar, José Bonifácio e Frei Caneca, além de outros. Sem esquecer Eduardo Prado e Varnhagen.

Os precursores estão mergulhados na sociedade escravocrata. A despeito de refletirem em termos de teorias e sugestões do pensamento europeu, estão desafiados a compreender e explicar a formação de uma sociedade civil e estado enraizados no escravismo. Daí a metáfora das “três raças tristes”, de que irá falar Olavo Bilac, traduzindo uma inquietação crescente no século XIX e presente no século XX. Daí a presença explícita ou implícita do darwinismo social, arianismo, evolucionismo e positivismo. São autores às vezes atônitos diante do insólito de pensar o estado-nação com base em uma população simultaneamente “indígena”, “africana” e “lusitana”, em um país imenso, disperso em províncias isoladas, em uma sociedade na qual se dá a combinação aparentemente eficaz entre escravatura, economia primária exportadora, liberalismo nas relações exteriores e monarquia. Sim, estes são alguns dos temas com os quais os precursores pensam o Brasil em formação: raça, povo e nação, centralismo e federalismo, oligarquia e liberalismo, escravatura e monarquia, europeização e americanização.

Dentre os “clássicos”, conforme se viu, destacam-se Jackson de Figueiredo, Oliveira Vianna, Gilberto Freyre, Sérgio Buarque de Holanda, Roberto C. Simonsen, Caio Prado Júnior e Eugênio Gudin.

Tomados em conjunto, os clássicos estão fascinados pela “questão nacional”. Empenham-se em descrever, compreender e explicar como se forma a sociedade civil e o estado, a população e o povo, a cultura e a mentalidade, a história e as tradições, a ordem e o progresso. Para eles, o Brasil é principalmente um país marcado pela “vocação” agrária, cuja economia, política, sociedade e cultura enraízam-se na agropecuária e mineração. Pode até modernizar-se, mas a partir e nos limites das condições agrárias instituindo o substrato geral da sociedade: cana-de-açúcar, borracha, cacau, gado, extrativismo, mineração e café, principalmente café, predominante desde meados do século XIX aos anos trinta e quarenta do século XX. Alguns colocam a industrialização como algo possível, necessário e próprio da dinâmica da sociedade tomada como um todo.

A época em que se produzem os principais estudos dos clássicos é também a época dos rescaldos da Primeira Grande Mundial e da Revolução Soviética, do *crash* da Bolsa de Nova Iorque, da debacle da economia cafeeira e da Revolução de 1930, com desdobramentos posteriores importantes. É a época da Semana de Arte Moderna, do Tenentismo, da

fundação do Partido Comunista e do Centro Dom Vital. Fundam-se universidades e institutos de ensino e pesquisa de cunho universitário. Simultaneamente, delineiam-se alguns dos contornos do projeto de “capitalismo nacional”; e já se fala em socialismo.

Os “novos”, realmente inovadores, assinalam nitidamente diferentes interpretações do Brasil. Instituem outros parâmetros de compreensão e explicação da realidade político-econômica e sociocultural. Estão mais ampla e sistematicamente imersos na cultura das ciências sociais, em alguns casos beneficiando-se dos padrões de ensino e pesquisa desenvolvidos no âmbito universitário. Esse o contexto em que produzem suas análises e criações Mário de Andrade, Florestan Fernandes, Raimundo Faoro, Clóvis Moura, Jacob Gorender, Celso Furtado, Antônio Cândido, Mário Pedrosa, Alfredo Bosi, Cândido Portinari, Graciliano Ramos e Oscar Niemeyer.

É óbvio que esses autores dialogam com os clássicos e os precursores. Inclusive revelam compromissos e continuidades, implícitos ou assumidos com alguns. Mas também é óbvio que inauguram novas interpretações do Brasil, seja em alguns dos seus problemas fundamentais, seja em suas visões de conjunto.

Os novos estão empenhados em aprofundar a análise da tecitura da sociedade brasileira, em suas instituições e valores, classes e grupos sociais, história e tradições, formas de organização e condições de transformação, reforma e revolução. Beneficiam-se amplamente das conquistas das ciências sociais, por suas pesquisas de reconstrução histórica e de campo; combinando economia e sociedade, política e cultura, com acentuado sentido de história e do contraponto entre as nações. Partem da preliminar de que a análise da realidade social precisa deslindar a formação e dinâmica das classes e grupos sociais, das condições e possibilidades da consciência de indivíduos e coletividades, envolvendo as formas de sociabilidade e os jogos das forças sociais. Além das identidades e alteridades, trata-se de deslindar as diversidades e as desigualdades, de forma a alcançar-se o enigma dos movimentos da sociedade. É bastante evidente que os novos já trabalham amplamente inseridos em universo histórico e intelectual em que se colocam os desafios: fascismo e nazismo, liberalismo e nacionalismo, mercado e planejamento, reforma e revolução, capitalismo e socialismo, alienação e emancipação.

Vistos assim, como um todo abrangente e em perspectiva de larga duração, os precursores, clássicos e novos de par-em-par com os brasilianistas de várias épocas e nacionalidades, permitem construir toda uma ampla, complexa, múltipla, colorida e sonora visão do Brasil; como se fôra um vasto painel, um mural de largas proporções, caleidoscópico.

História e ficção

Vistas assim, em perspectiva ampla, logo fica evidente que o Brasil é um país sobre o qual há toda uma profusão de explicações, interpretações

ou teses; como se fosse uma “terra de papagaios”. Resta sempre a impressão de que ao lado do empenho de esclarecer situações, conjunturas, impasses, épocas, rupturas e perspectivas, há também o empenho de conferir significados, explicar recorrências, descobrir tendências, clarificar perfis e movimentos de uma totalidade geo-histórica, político-econômica e sociocultural um tanto errática.

Esta idéia: o Brasil é um país que se pensa contínua e reiteradamente. Tanto é assim, que pode ser visto como uma “fábrica” de explicações, uma coleção de interpretações compondo uma visão do país no curso da história. Simultaneamente, revela-se uma “incógnita sem fim”, contínua e reiteradamente taquigrafada, com o que adquire fisionomia, expressão, colorido, sonoridade, harmonia, estridência. Mas também pode ser visto como uma “nebulosa” movendo-se no espaço e no tempo, ao acaso das forças sociais internas e externas. Eventualmente, revela-se uma larga narrativa atravessada por dilemas, impasses e perspectivas que o leitor vislumbra.

Uma aventura intelectual possível, interessante e altamente criativa é tomar as explicações, interpretações ou teses em conjunto, umas e outras vistas como uma ampla e complexa narrativa sobre a formação e as transformações do Brasil.

As teses aqui sintetizadas e referidas podem ser vistas em conjunto, como distintas versões sobre a formação e as transformações da mesma sociedade. Seriam distintas explicações, cada uma das quais contendo uma contribuição importante para o conhecimento dos desenvolvimentos da sociedade brasileira. Seriam distintas explanações compondo uma única e complexa explicação do Brasil. Esta é uma hipótese perfeitamente cabível: as teses combinam-se em uma interpretação integrada, abrangente e convincente, dando conta de todos os aspectos fundamentais da formação e transformações do Brasil, compreendendo os períodos, ou as três idades, colônia, monarquia e república, em suas implicações geo-históricas, político-econômicas e socioculturais; atravessando o colonialismo, o imperialismo e o globalismo.

Mas essas mesmas teses podem ser vistas como narrativas que não só ficcionalizam a história como, em conjunto, compõem uma ampla e complexa narrativa ficcional. Nesse caso, as explicações, interpretações ou teses podem ser tomadas como narrativas naturalistas, realistas, impressionistas, modernistas, surrealistas. Lançam-se em distintas tonalidades e andamentos, estabelecendo diferentes situações problemáticas ou críticas, normais ou tranqüilas, bem como épocas e ciclos, elegendo indivíduos e coletividades, classes sociais e grupos sociais, formas de governo e projetos nacionais, golpes e contragolpes, quarteladas e revoluções que seriam marcantes, verossímeis, representativos, típicos, simbólicos. Vistas assim, nesses termos, as teses compõem uma narrativa de grande envergadura, metanarrativa, complexa e abrangente, de tal modo que nela o leitor encontra metáforas e alegorias, bem como vibração, tensão, mistério, revelação e aura, com o que se tece uma vasta, insólita e fascinante obra de ficção;

reconhecendo-se que a ficção pode ser uma forma de esclarecimento.

Recebido para publicação em julho/2000

IANNI, Octavio. Tendencies of Brazilian thought. **Tempo Social**; Rev. Sociol. USP, S. Paulo, 12(2): 55-74, November 2000.

ABSTRACT: All along Brazilian history, Brazilian and foreign interpreters have questioned national society, building and rebuilding historical and theoretical issues. In spite of the diversity of the analyses, it is possible to rank them according to their points of view, their intellectual or family lineage, thus profiling themes and future perspectives that are recurrent in the history of the interpretations of culture, society, economy and politics in Brazil. Finally, from a wide point of view, the diversified group of interpretations can be seen as a complex fictional narrative that combines the search for clarity and the construction of meanings.

KEY WORDS:

**Brazil,
social thought,
culture,
politics.**

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANDRADE, Mário de. (1944) *Macunaíma*. São Paulo, Livraria Martins.
- ARANHA, Graça. (1920) *A esthetica da vida*. Rio de Janeiro, Livraria Garnier.
- ASCARELLI, Tullio. (1952) *Apresentação do Brasil*. Tradução de Olinto de Castro. São Paulo, Edições Sal.
- ATHAYDE, Tristão. (1933) *Contra-revolução espiritual*. Cataguaszes, Spinola & Fusco Editores.
- BASTIDE, Roger. (1957) *Brésil terre des contrastes*. Paris, Hachete.
- BOSI, Alfredo. (1992) *Dialética da colonização*. São Paulo, Companhia das Letras.
- CÂNDIDO, Antônio. (1959) *Formação da literatura brasileira*. São Paulo, Livraria Martins.
- COSTA, João Cruz Costa. (1956). *Contribuição à história das idéias no Brasil*. Rio de Janeiro, Livraria José Olympio.

- EAKIN, Marshall C. (1998) *Brazil, the once and future country*. London, MacMillan.
- FAORO, Raymundo. (1958) *Os donos do poder*. Porto Alegre, Globo.
- FERNANDES, Florestan. (1965) *A integração do negro na sociedade de classes*. São Paulo, Dominus.
- FIGUEIREDO, Jackson de. (1921) *Do nacionalismo na hora presente*. Rio de Janeiro, Livraria Católica.
- FREYRE, Gilberto. (1947) *Interpretação do Brasil*. Tradução de Olívio Montenegro. Rio de Janeiro, Livraria José Olympio.
- FURTADO, Celso. (1967) *Formação econômica do Brasil*. São Paulo, Companhia Editora Nacional.
- GRAHAM, Richard. (1968) *Britain & the onset of modernization in Brazil 1850-1914*. Cambridge University Press, Cambridge.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. (1956) *Raízes do Brasil*. Rio de Janeiro, Livraria José Olympio.
- LAMBERT, Jacques. (1967) *Os dois brasis*. São Paulo, Companhia Editora Nacional.
- MANCHESTER, Alan K. (1973) *Preeminência Inglesa no Brasil*. São Paulo, Brasiliense.
- MOURA, Clóvis. (1988) *Rebeliões da Senzala*. Porto Alegre, Mercado Aberto.
- NORMANO, J. F. (1935) *Brazil: A study of economic types*. Chapel Hill, The University of North Carolina Press.
- PAIM, Antônio. (1987) *História das idéias filosóficas no Brasil*. São Paulo, Convívio.
- PRADO JÚNIOR, Caio. (1933) *Evolução política no Brasil*. São Paulo, Empresa Gráfica Revista dos Tribunais.
- PRADO, Paulo. (1928) *Retrato do Brasil*. São Paulo, Duprat-Mayença.
- RICARDO, Cassiano. (1947) *Martim Cererê*. São Paulo, Companhia Editora Nacional.
- SKIDMORE, Thomas E. (1967) *Politics in Brazil, 1930-1964 (An experiment in democracy)*. New York, Oxford University Press.
- VIANNA, Oliveira. (1956) *Evolução do povo brasileiro*. Rio de Janeiro, Livraria José Olympio.
- ZWEIG, Stefan. (1941) *Brasil país do futuro*. Rio de Janeiro, Guanabara.